



AFETIVIDADE E SEXUALIDADE DA PESSOASCOM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Alisson Gasparini da Silva

APAE de Vacaria-RS.

RESUMO

Com o presente trabalho objetivamos levantar dados referentes às concepções de afetividade e a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual e analisar as possíveis dificuldades para a implementação de programas de orientação sexual na escola de educação especial Irmão Getúlio APAE, do município de Vacaria-RS. Falar sobre sexo, namoro, gravidez, entre outras discussões que envolvem o assunto sexualidade, é uma dificuldade enfrentada por boa parte das famílias e profissionais da educação, que ainda encaram esse tema como um grande tabu, mesmo nos dias atuais. Objetivando investigar as concepções dos pais de jovens com Deficiência Intelectual sobre sexualidade e os profissionais que trabalham diretamente com esses adolescentes, foram aplicados questionários a 14 profissionais e 12 pais. Analisando os questionários, percebeu-se que todos os profissionais se apresentaram a favor de um programa de orientação sexual na escola e dos 12 pais, apenas 3 são contra a ideia de se abordar o assunto sexualidade no âmbito escolar. A respeito de pessoas com deficiência intelectual, o diálogo deveria ser incessantemente, mas deixa de existir dentro dos lares, escolas e instituições. Os mitos e preconceitos inibem uma orientação que deveria ser feita de maneira natural e saudável.

Palavras-chave: Afetividade. Sexualidade. Deficiência Intelectual.

Ainda hoje, quando se fala sobre sexualidade a reação é de constrangimento e vergonha. Esse assunto deve ser abordado e discutido desde criança, com a finalidade de desvendar conceitos e atitudes errôneas, transmitidas de geração para geração. Segundo Plunkett, Stacey Lee, Neal e Sanchez (2002), a população tem atitudes variadas sobre o assunto sexualidade humana, mas quando se fala de indivíduos com deficiência intelectual, os preconceitos costumam ser intensificados.

Glat e Freitas (2007) afirmam que a sexualidade dos jovens com deficiência intelectual, geralmente é percebida pelos professores e pais como algo genitalizado,



biologizado e destituído de prazer. Somam-se dificuldades associadas às inabilidades dos pais em lidar com a própria sexualidade agravada pelo possível fato de ter gerado um filho com deficiência.

Com o aparecimento precoce da sexualidade dos alunos da escola de educação especial Irmão Getúlio APAE do município de Vacaria-RS, percebe-se que os pais, e alguns professores dão pouca, ou nenhuma importância para a abordagem da sexualidade no âmbito escolar, não sendo oferecido suporte para que seja desenvolvida orientação e reflexão sobre o tema. Os alunos, por não receber orientações sobre sexualidade, acabam sendo prejudicados com o surgimento de problemas como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.

Faz-se necessário pensar e discutir acerca da afetividade e sexualidade da pessoa com deficiência mental, com a finalidade de contribuir estimulando a autonomia, autoestima e responsabilidade com a saúde do próprio corpo e de sua sexualidade. O objetivo da pesquisa foi verificar a concepção dos professores, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, assistente social, pais das pessoas com deficiência intelectual sobre o tema, tendo em vista a dificuldade para implementação de programas de orientação sexual na instituição.

Glat (2005), relatou em sua pesquisa com famílias de pessoas com deficiência intelectual que, de modo geral, os pais têm dificuldade de orientar os filhos, mesmo reconhecendo nessa necessidade. Estudos anteriores da mesma autora mostraram que a orientação sexual, quando é dada, resume-se a informações fisiológicas, não reconhecendo a dimensão da libido e do prazer. Podem manifestar um olhar infantilizado sobre os próprios filhos, sentimentos de superproteção e não reconhecer a sexualidade de seus filhos e, portanto, preterindo, então, qualquer tipo de orientação (FÉLIX, 1995; GLAT, 1992).

Em geral, a sexualidade aparece como mais um tema de difícil assimilação. As pessoas não esperam que um indivíduo com dificuldades de aprendizado possa desenvolver, de maneira satisfatória, sua sexualidade. Todo o ser humano é sexuado, sendo esta, uma característica “intrínseca e inerente” a todo e qualquer indivíduo (MARQUES; FORRETA, 2009). É ligada, segundo Félix (1995), à aquisição de gênero e de papéis associados à nossa masculinidade ou feminilidade.

Glat (2007), em uma pesquisa realizada com pessoas com deficiência intelectual e seus pais, trouxe discussões da perspectiva dos alunos jovens e adolescentes de uma



instituição de ensino que atendia alunos com diferentes tipos de deficiência. A autora observou que o contato entre esses adolescentes era restrito.

[...] de maneira geral, pessoas com deficiência mental exibem comportamentos sexuais inapropriados, ou são sexualmente inibidas ou inativas, por não lhes ter sido dada uma educação e orientação sexual adequada, ou pelo menos, a oportunidade de “aprender na vida”, como os demais (p.18).

Muitas mães desenvolvem excesso de proteção em relação aos filhos, limitando suas possibilidades de desenvolvimento, entre elas, a sexual, além de gerar carências, inseguranças, frustrações e incompreensões em função das preocupações e dificuldades cotidianas, aliadas à incerteza sobre a autonomia de seus filhos (MAIA; CAMOSSA, 2003; DENARI, 1997; GLAT; FREITAS, 1996; FRANÇA RIBEIRO, 1995; GLAT, 1992).

Essa atitude exclusivista promove limitações e comprometimentos nas habilidades de relacionamento e interação do jovem com deficiência intelectual com outras pessoas, podendo gerar dificuldades em se separar dos familiares, de fazer amigo e até mesmo, em se envolver afetivo-sexualmente com os demais (BASTOS; DELANDES, 2005; GLAT, 1992).

METODOLOGIA

Participantes

Participaram da pesquisa 12 pais (denominados R1, R2, R3, R4, R5, R6, R7, R8, R9, R10, R11 e R12) e 14 profissionais (denominados por P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12, P13 e P14) que trabalham na escola de educação especial Irmão Getúlio APAE do município de Vacaria-RS.

As participações ocorreram por meio de aplicação de questionários entregues aos pais de adolescentes com deficiência intelectual e também aos profissionais da escola, sendo que a cooperação foi de caráter voluntário, mediante a assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido contendo explicações informativas sobre a pesquisa.

Instrumentos e procedimentos



A presente pesquisa foi qualitativa, através de pesquisa-ação, sendo realizadas entrevistas, conversações, observações e aplicados questionários, após contato com a escola para viabilizar a construção dos dados.

Após o recolhimento dos questionários, houve o tratamento dos dados e a análise das respostas. Finalmente, foi efetuado um levantamento sobre as concepções e as dificuldades encontradas para o desenvolvimento de um programa de orientação sexual na instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados evidenciaram grande dificuldade dos pais participantes das entrevistas em abordar o tema da sexualidade com os filhos(as). Porém, manifestaram-se a favor da realização das orientações. Os relatos verbais abaixo ilustram tais posturas:

“Sim, sou a favor do programa de orientação sexual, porque muitos pais, muitas vezes não sabem como falar com seus filhos da maneira correta sobre sexo, podendo até mesmo confundir o filho, ou sentem-se envergonhados de tratar sobre esse assunto. E a orientação da APAE é importante para o esclarecimento correto e prevenção de doenças”. (R1)

“Sou a favor, porque eu como mãe, e responsável, não estou preparada para lidar com essa situação”. (R2)

“Sim, sou a favor porque não sei explicar”. (R3)

“Sim, eu sou a favor, porque eu que sou mãe, e é um menino, para mim fica difícil de conversar com ele”. (R4)

“Sim, é uma ajuda para nós, pais com os filhos, porque não é muito fácil o assunto”. (R5)

“Sim, para que eles sejam protegidos, orientados do que é certo ou errado, nos momentos de fragilidades emocionais que desperta interesse ao sexo oposto deve ser um programa diferenciado, mas que não fuja da normalidade, afinal devemos aceitar como eles são, cada caso um caso”. (R6)



Observou-se, em um questionário, o quanto a percepção de uma mãe está marcada pela visão de que seu filho, em função da deficiência intelectual, é uma “eterna criança”:

“Sou contra o programa, pois muitos são e sempre serão como crianças”.. (R7)

Observa-se que a dedicação dos pais com os filhos com deficiência intelectual reflete uma noção de total dependência desses adolescentes. A sexualidade é algo intrínseco no ser humano, faz parte da nossa saúde psicológica e biológica. A pessoa com deficiência intelectual, também sente prazer e deve ser livre para fazer suas escolhas. Muitos acreditam que as pessoas com deficiência intelectual são assexuadas. Alguns pais tratam os filhos com deficiência como crianças que nunca crescem e não gostam de abordar o assunto com eles (GLAT, 2007).

Vejam-se na sequência, relatos dos questionários de pais que afirmaram ser contra ao programa de orientação sexual:

“Não, porque tendo uma orientação, pode despertar neles interesse porque vai motivá-los”. (R8)

“Não! Pois nós em casa já conversamos sobre esse assunto.”(R9)

Os 33% dos entrevistados relataram que não são favor que seus filhos (as) apresentem interesse ou estabeleça vínculos afetivos como paquera, namoro ou casamento. Essa postura reflete concepções de uma educação repressora, proibitiva e/ou omissa (MAIA; CAMOSSA, 2003). Na seguinte afirmação pode ser facilmente identificada a citada postura:

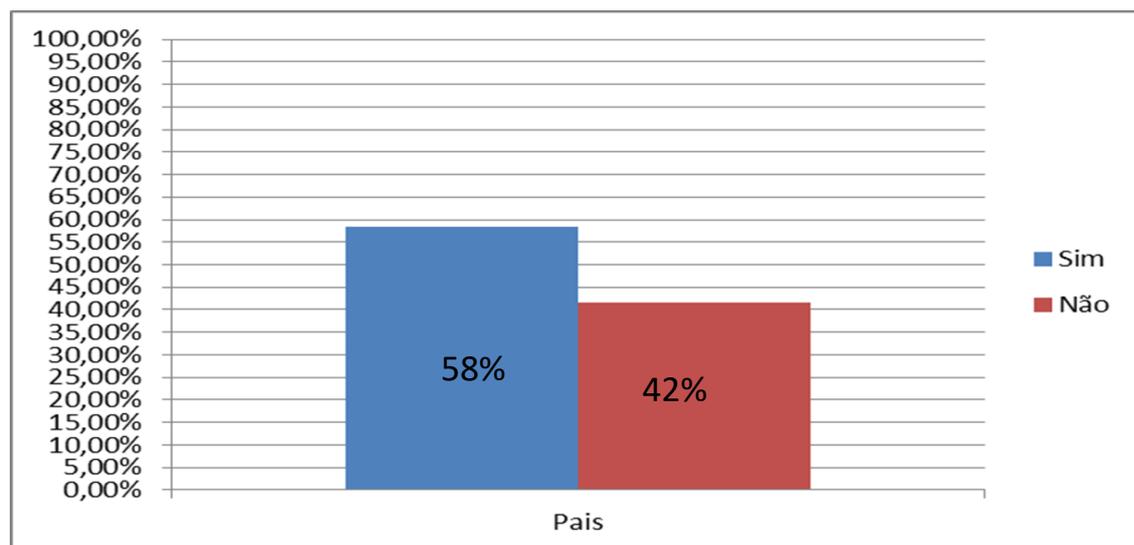
“Eu gostaria que tudo continuasse como está, pois minha filha está relativamente tranquila e não se sabe o que uma relação poderia acarretar”. (R10)

“Não sou a favor!” (R9)

Os resultados evidenciaram como as relações interpessoais, incluindo as sexuais, são intoleradas e consideradas como problemáticas se relacionadas às limitações e incapacidades de cunho intelectual dos indivíduos com deficiência intelectual, considerando aqui os comportamentos sexuais manifestados, desde os mais simples, como abraçar, beijar, falar palavras íntimas, até os mais complexos, como se masturbar, praticar relação sexual, namorar ou casar. (GLAT; FREITAS, 1996; FRANÇA RIBEIRO, 1995; ASSUMPÇÃO JÚNIOR; SPROVIERI, 1993).

Na Figura 1 está indicada a percepção dos pais acerca da existência de manifestações sexual e expressão de desejo sexual por parte dos filhos.

Figura 1. Manifestação de desejos sexuais.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os relatos a seguir ilustram as respostas dos 42% dos pais que negam a expressão sexual e o desejo sexual dos filhos:

“Nunca demonstrou interesse sobre esse assunto”. (R8)

“Que eu percebesse, não”. (R2)

“Nunca notamos nenhuma demonstração”. (R10)

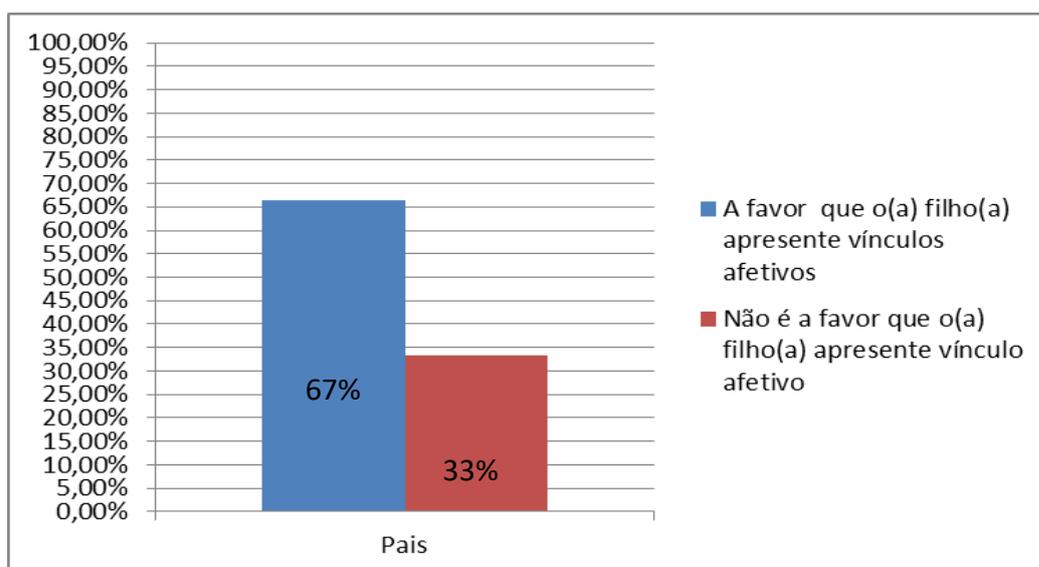
“Nunca”. (R5)

“Não”! (R7)

Apesar da negativa da família, admite-se que a sexualidade e suas potenciais expressões, como o erotismo, o desejo, as relações sexuais e afetivas, revelam-se e existe em todo ser humano, tendo ele, ou não, alguma espécie de deficiência (MAIA, 2010).

A Figura 2 apresenta a resposta dos pais quanto ao estabelecimento de vínculos afetivos dos filhos.

Figura 2. Estabelecimento de vínculos afetivos por parte dos(as) filhos(as).



Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre o assunto, observou-se neste trabalho que 58% dos relatos indicam que orientação sobre sexualidade podem despertar interesse por sexo. Tal posição revela que, talvez o interesse não fosse despertado na ausência de conhecimento sobre o assunto, como se verifica nas seguintes afirmações:

“Sim desperta, pois o que não é visto, não é lembrado”! (R9)

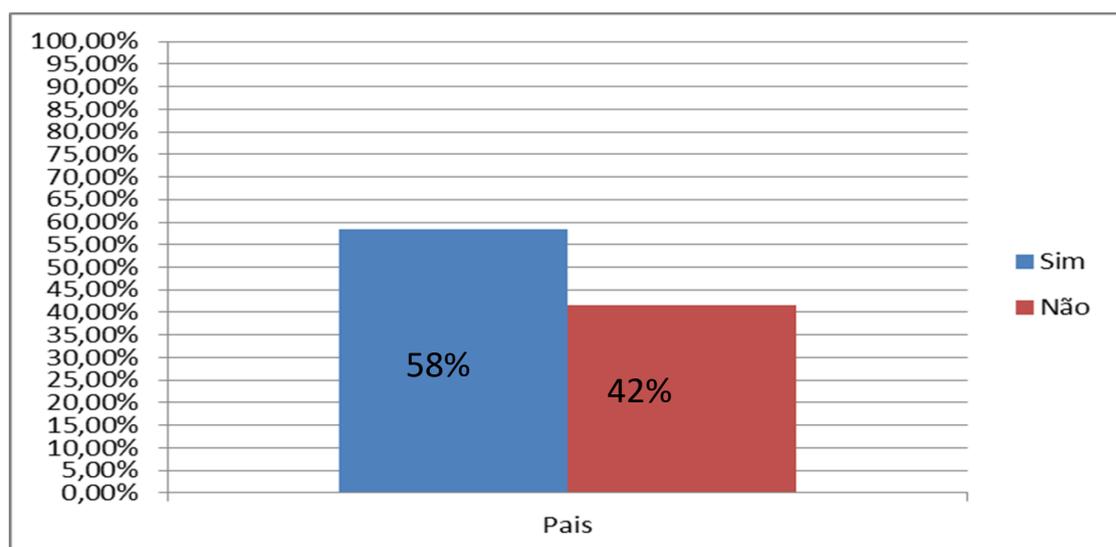


“Acho que pode despertar interesse, sim. Por isso, é preciso trabalhar isso se surgirem indícios de que algo está mudando”. (R10)

“Acho que pode despertar interesse sim, mesmo não tendo conhecimento sobre o assunto”. (R8)

A Figura 3 demonstra como as famílias se posicionam sobre o efeito da informação sobre o interesse sexual dos filhos.

Figura 3. Informações sobre sexualidade como estímulo ao interesse por sexo.



Fonte: Dados da pesquisa.

França Ribeiro (1995), em sua tese de doutorado realizou estudos acerca da implementação de programas de orientação sexual numa instituição educacional para deficientes intelectuais. A investigação realizada foi em relação às dificuldades para a implementação de programas de orientação sexual, com base nas opiniões dos participantes sendo os professores, profissionais, atendentes e pais da instituição que participaram na pesquisa.



As conclusões sinalizam para a necessidade deste tipo de intervenção englobar, além dos pais, todos os profissionais que atendem esses alunos. Mais especificamente, a participação da família em programas de orientação sexual seria imprescindível e deveria anteceder as orientações fornecidas às próprias pessoas com deficiência intelectual, para evitar resistências ao trabalho desenvolvido na escola, para evitar que estes pais sejam surpreendidos com perguntas que os filhos irão levar para casa; para evitar conflitos entre profissionais e família, e finalmente por serem os familiares, em geral, os principais formadores de valores e crenças de seus filhos. O ideal é que a escola e a família sejam parceiras na orientação sexual, articulando-se para evitar contradições.

Outro aspecto interessante é a concepção da responsabilidade pela educação sexual. Dos doze participantes, apenas um relatou que o dever pela educação sexual é somente da família e o demais acreditam que é dever da família e também da escola:

“Principalmente a família. Através da escola, é preciso analisar o perfil de cada aluno em conjunto com a família”. (R10)

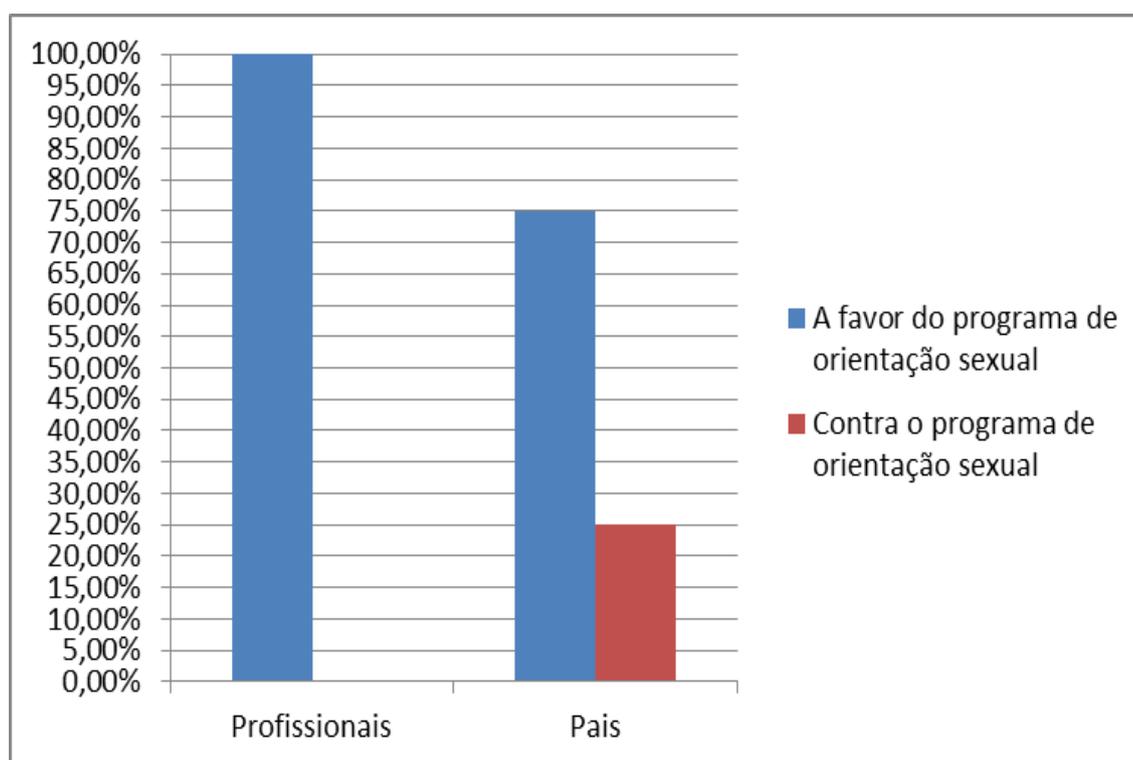
“Deve haver uma interação entre a família e a escola”. (R7)

“Ambas, desde que não haja divergências ou contradições em casos especiais dos alunos”. (R6)

Félix (1995) informa que a primeira comunicação afetiva e íntima da criança com deficiência mental dá-se, especialmente, com os pais e a família, uma vez que é nesse estágio que são alcançadas confiança e segurança, que lhe possibilitam estar aberta a outros contatos e relações sociais, tais como namoros, amizades e relações sexuais. Dessa forma, a evolução da sexualidade da criança está profundamente ligada às respostas dadas pelos adultos à sua curiosidade sexual, aos modelos de identificação e imitação com os quais tem contato e, ainda, à reação dos pais aos seus comportamentos sexuais.

Analisando as entrevistas, percebeu-se que todos os profissionais apresentaram-se a favor que tenha o programa de orientação sexual na escola, como indicado na Figura 4, e dos 12 pais, apenas 3 são contra que aborde o assunto sexualidade no âmbito escolar.

Figura 4. Programa de Orientação Sexual.



Fonte: Autor da pesquisa, 2016.

Quanto aos profissionais que participaram da entrevista, em geral, todos reconheceram a importância de um programa de orientação sexual na escola, tal como ilustrado nas afirmativas a seguir:

“Sou a favor, porque o mesmo passa pela higiene e saúde que são necessárias aos nossos alunos”. (P1)

“Sou a favor de que o tema sexualidade seja discutido em qualquer espaço, desde que como proposta educativa, ou seja, de orientação, prevenção, proteção e a desbanalização”. (P2)

“A favor, porque em grupo a pessoa terá a oportunidade de compartilhar, facilitar o conhecimento do corpo e identificar sentimentos. Aprender a entender o sistema reprodutor e os métodos de prevenção”. (P3)



“Sou a favor de um programa de orientação sexual nas instituições onde os pais fossem os primeiros a receber informações, para que todos tivessem a mesma linguagem (abordagem). A intervenção profissional pode ajudar a prevenir possíveis doenças sexualmente transmitidas, gravidez, aceitar na adolescência as mudanças fisiológicas e comportamentais que ocorrem, a lidar com problemas escondidos nas famílias como: abusos, estupro, incesto, pedofilia...”. (P4)

“Sou a favor, pois mesmo as pessoas com DI precisam de orientações corretas e esclarecimentos a respeito do assunto. Pois em muitas famílias, ainda devido suas DI é tratada como “tabu”, fechada, os quais muitas vezes procuram informações erradas e fora do seu ambiente, causando gravidez na adolescência, e até mesmo doenças”. (P5)

“A favor, pois em muitos casos os alunos não têm esta orientação em casa, devida o tema ainda ser um tabu para a sociedade, sendo que orientação sexual não é propriamente o sexo”. (P6)

Destacam-se ainda as opiniões dos profissionais em relação à responsabilidade da educação sexual, se é dever da família, da escola ou ambas e todos relataram que é dever da família e também da escola:

“A responsabilidade pela educação sexual é da família e da escola em conjunto com o mesmo foco, orientar, prevenir e educar para que a sexualidade seja algo positivo que não gere conflitos, dúvidas e medos”. (P4)

“Acredito que ambas, é um trabalho em equipe onde todos devem falar a mesma linguagem e o mesmo manejo”. (P7)

“Ambas. Não se educa ninguém sem que os grupos sociais contribuam, cada um com sua parcela. O ser humano não é constituído de gavetas em que se abre e coloca o conhecimento. O ser humano é a soma de um todo, em que as instituições fazem parte e a soma de tudo isso resulta na formação de sua personalidade”. (P8)



Para Werebe (1998), a ação educativa da família em relação à sexualidade é importante, pois envolve a formação de atitudes, opiniões e comportamentos do adolescente. Nesse sentido, Ballan (2001) afirma que os pais necessitam de orientação e suporte de educadores sexuais para obter um entendimento claro da sexualidade de seus filhos. Para auxiliar os pais em seu papel como educadores sexuais, profissionais podem prover informações sobre o desenvolvimento sexual das crianças e propor estratégias para promover comportamentos apropriados por meio da orientação sexual.

Para Pinel (1999), a falta de informações relacionadas à educação sexual pode levar a problemas de interação social e de construção de uma identidade social, o que pode repercutir em entraves emocionais e carências afetivas que, por sua vez, estimulam o desenvolvimento de uma autoimagem distorcida, além de crenças e de expectativas falsas.

Aos professores e técnicos que trabalham com a pessoa com deficiência mental, cabe o papel de gerir a “gama de sentimentos e emoções manifestos nas relações interpessoais destes jovens e de esbater as enormes barreiras que se interpõem no caminho da realização afetivo-sexual desta população” (MARTINS, 1995, p. 119). No entanto, grande parte dos professores não se sente preparado para a abordagem de temas relacionados à sexualidade, devido ao desprovimento desse tema na sua formação, o que pode favorecer “[...] la reproducción de concepciones estereotipadas y hasta discriminatorias. Este vacío lesiona la confianza de los y las docentes para afrontar su tarea apropiadamente” (ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS, 2010, p. 21).

A abordagem da sexualidade desperta, assim, necessidades específicas de formação e, infelizmente, essa formação ainda não advém dos programas de formação inicial. É necessário que o educador se capacite continuamente para a abordagem desse tema, devendo, por isso,

[...] confrontar-se com as suas ideias e com a sua conduta sobre a sexualidade, determinar as suas próprias convicções e normas nesta matéria e assumir a sua própria história sexual, porque esta será a base do conteúdo e da atitude com que vai transmitir ao educando as informações neste campo (AMOR PAN 1997, p. 358 citado por MARQUES, 2009, p. 76).

De acordo com França Ribeiro (2000), a educação sexual é o processo pelo qual uma pessoa aprende sobre sexualidade ao longo da vida. Para Aranha e Maia (2005), o tema da



sexualidade, em diferentes contextos educacionais, vem sendo debatido bastante. Porém, na área da educação especial, as propostas de intervenção em relação à sexualidade parecem excessivamente limitadas, ainda há pouca discussão sobre a sexualidade da pessoa com deficiência, tanto no ambiente do ensino especial quanto do ensino comum.

A educação sexual de acordo com Melo (2007), apesar de estar contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) como parte integrante dos temas transversais, parece ainda não encontrar uma efetiva concretização no espaço escolar.

Denari (2002) reforça esta ideia advertindo que um grande erro observado nos programas de orientação consiste na estruturação de um plano de ensino voltado para o aspecto biológico do tema sexualidade, não se vê preocupação em orientar as pessoas com deficiência a partir de suas próprias vivências, necessidades e curiosidades. Assim como os conteúdos pedagógicos, a sexualidade também deve ser ensinada partindo das especificidades de cada pessoa.

Por este motivo, os profissionais que trabalham com esta clientela e, neste caso, não podem excluir aqueles que compõem as instituições educacionais, devem trabalhar dentro de uma concepção humanista preocupando-se com a qualidade de vida e com o significado que a deficiência tem para o próprio indivíduo e para a família (PAN, 2003). Gauderer (1996) aborda sobre a importância da liberdade que deve ser oferecida às pessoas com deficiência intelectual para conhecer o próprio corpo, descobrir o prazer, expressar suas curiosidades e fazer questionamentos, sentindo-se respeitadas e acolhidas, sem inibições e reprimendas.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto que, as manifestações sexuais das pessoas deficientes intelectuais são vistas por alguns pais e a sociedade como inaceitáveis, existindo ainda a crença de que os deficientes intelectuais são seres assexuados. Tal mito surge pelo fato de não se acreditar que eles possam ter as capacidades e os mesmo desejos dos não deficientes nessa área. Porém, necessitam de apoio para entender as modificações da puberdade e adolescência, bem como as emoções que as acompanham.



Conforme os resultados do estudo, ficou evidente que a instituição carece de informações claras em relação ao assunto de orientação sexual. As pessoas com deficiência intelectual precisam de orientação neste sentido, para poderem adquirir complexas habilitações sociais e um relacionamento interpessoal mais satisfatório.

É urgente e necessário que sejam oferecidas práticas e propostas de orientação sexual nos currículos educacionais junto a esse segmento social. A questão que se coloca é que alguns profissionais e pais não sabem como intervir a respeito da orientação sexual. Se lhes forem dadas formações podem sentir-se seguros e capazes para essa atuação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P.P[et al], **Sexualidade e deficiência intelectual: Um curso de capacitação para pais.** Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/PA/pdf/?dd1=4531> Acesso em: 19/10/2016

ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS. **Informe del Relator Especial de las Naciones Unidas sobre el derecho a la educación.** [S.l.: s.n.]. Disponível em <<http://awid-org.sitepreview.ca/esl/Mujeres-en-Accion/Nuevos-Recursos/Informe-del-RelatorEspecial-de-las-Naciones-Unidas-sobre-el-derecho-a-la-educacion-Nota-del-SecretarioGeneral.>> Acesso em: 20/11/2016

AMOR PAN, J.R. (1997). **Afectividad y sexualidad en la persona con deficiencia mental.** Madrid: Universidad Pontificia de Comillas. Disponível em: <<http://www.casadellibro.com/libro-afectividad-y-sexualidad-en-la-persona-con-deficiencia-mental-2-ed/9788484680017/1120238>> Acesso em: 21/11/2016

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, F. B.; SPROVIERI, M. H;(1993). **Deficiência mental, família e sexualidade.** São Paulo: Memnon. V. 1. (Série Ouro).

BALLAN, M. Parents as sexuality educators for their children with developmental disabilities. **SIECUS REPORT**, v.29, n. 3, 2001, p. 14-19.

BASTOS, O.M; Deslandes, S. F. (2005). Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200017.> Acesso em: 20/11/2016.



DENARI, F. E. (2002). **Sexualidade & deficiência mental: reflexões sobre conceitos.** Revista Brasileira de Educação Especial. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista8numero1pdf/2denari.pdf> Acesso em: 22/11/2016

DENARI, F. (1997). **O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Félix, I.; Marques, A. **E nós...somos diferentes? Sexualidade e educação sexual na deficiência mental.** Lisboa: Associação para o Planeamento da Família, 1995.

FRANÇA RIBEIRO, H. C (1995). **Orientação sexual e deficiência mental: estudos acerca da implementação de uma programação.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRANÇA RIBEIRO, H. C. da. (2000). Sexualidade e escola: Encontros e desencontros. In: Manzini, E. J. (Org.). **Educação especial: temas atuais** Marília: UNESP/Marília Publicações, 2000. p. 85-114.

MARQUES, A.; FORRETA. **Educação Sexual: Conceito, objetivos e estratégias.** In: MARQUES, António (Org.). **Ser Mais. Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social para Crianças, Jovens e Adultos Portadores de Deficiência Mental.** Lisboa: APF, 2009. p. 45-48.

GLAT, R.; FREITAS, R.C. (2007). **Sexualidade e deficiência mental.** Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1540>>. Acesso em: 21/11/2016.

GAUDERER, E. Christian (1996). **Sexo e sexualidade da criança e do adolescente.** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=Ink&exprSearch=274970&indexSearch=ID>> Acesso em: 22/11/2016

GLAT, R. Desarrollo psicosocial y sexualidad de jóvenes portadores de deficiencias. In: CASTILLA, M.E.; FRESQUET, A.; GZARA, M.A. (Ed.). **Construir- desconstruir- reconstruir.** V, II. Educación Especial: outras miradas. Mendoza: Facultad de Educación Elemental y Especial de la Universidad Nacional de Cuyo, 2005.

GLAT, R. (1992). A sexualidade da pessoa com deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial.**

GLAT, R.; FREITAS, R. C. (1996). Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema. In: GLAT, R; FREITAS, R. C. **Questões atuais em Educação Especial,** Rio de Janeiro: Sette Letras, v. 2.



MAIA, A.C.B.; CAMOSSA, D. A. Relatos de jovens deficientes mentais sobre a sexualidade através de diferentes estratégias. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.12, n.24.

MARTINS, T. G.(2005); **A Sexualidade da Criança com Deficiência Mental: Implicações no Meio Familiar, Repercussões no Ambiente Escolar.**

Disponível em: <http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/vseminario/Anais_V_Seminario/educacao/comu/A%20SEXUALIDADE%20DA%20CRIANCA%20COM%20DEFICIENCIA%20MENTAL%20-%20IMPLICACOES%20NO%20MEIO%20FAMILIAR%20REPERCUSSOES%20NO%20AMBIENTE%20ESCOLAR%20.pdf > Acesso em: 20/11/2016.

MAIA, A.C.B;(2010). **Sexualidade e educação especial.** Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf> Acesso em: 21/11/2016.

MATTOS, PATRÍCIA [et al], **Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais.**

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000300008> Acesso em: 25/11/2016.

MARTINS. L. A.R. [et al. **Inclusão: Compartilhando saberes.** RJ: Editora Vozes, 2006.

MAIA, A. C. B.; Aranha, M. S. F. Relatos de professores sobre manifestações sexuais de alunos com deficiência no contexto escola. **Interação em Psicologia**,v. 9, n. 1, 2005, p. 103-116.

MOURA, E. S. [et al], **Educação Inclusiva: Sexualidade e Deficiência Intelectual.**

Disponível em: <https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2010.1/educacao%20inclusiva%20sexualidade%20e%20deficiencia%20intelectual.pdf > Acesso em: 20/10/2016

Plunkett, S. W.; Stacey Lee, L.; Neal, R. A.; Sanchez, M. G. (2002). **An evaluation of a community-based sexuality education program for individuals with developmental disabilities. *Electronic Journal of Human Sexuality*,**

Disponível em: <<http://www.ejhs.org/volume5/plunkett/titlepage.html>> Acesso em: 21/11/2016.



PAN, José Ramón Amor (2003): **Educação sexual para pessoas com síndrome de Down: propostas de orientação.** Disponível em: http://www.down21.org/?option=com_content&view=article&id=1795%253Asexualidade&catid=315%253Abrasil&Itemid=2268&limitstart=1 Acesso em: 22/11/2016.

PINEL, Arlete. A restauração da Vênus de Milo: dos mitos à realidade sexual da pessoa deficiente. In: RIBEIRO, Marcos. (Org.). **Educação Sexual: novas idéias, novas conquistas.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999. p.307-325.

PINHO. J. [et al], **Educação sexual da pessoa com deficiência mental: Uma revisão bibliográfica.** Disponível em: http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n11/educacao_sexual.pdf Acesso em: 16/09/2016.

SODELLI. F. (2013). **Cartilha de orientação sobre sexualidade e deficiência intelectual.** Instituto Mara Gabrielli. Disponível em: http://www.feapaesp.org.br/material_download/321_Cartilha%20-%20Sexualidade.pdf Acesso em:22/11/2016.

SILVA, D.M.[et al], **Sexualidade e a pessoa com deficiência intelectual: Direitos e escolhas socialmente construídos.** Disponível em: http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/46-silva_et_al.pdf Acesso em: 15/10/2016.

WEREBE, M. J. G;(1998). **Sexualidade, Política, Educação.** 1998.